



*Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão de
Assuntos Económicos, Inovação e Energia*

No passado mês de Julho, a falência de uma das principais agências de viagem a operar no nosso país veio colocar a nu a desadequação das cauções exigidas às agências de viagem para o exercício da sua actividade, face ao volume anual de vendas das mesmas.

Na realidade, o caso em apreço demonstrou que não é com cauções de 25 mil euros que se cobrem responsabilidades de empresas que vendem um montante muitíssimo superior a esse valor em termos de viagens e estadias.

Assim, não é de admirar o número de reclamações apresentado por todos os que foram lesados com o encerramento “surpresa” da Marsans.

Os resultados da insolvência da Marsans resultaram em 363 queixas de clientes lesados num total de 1.341 reclamações durante o ano 2010, um número que, segundo Provedor do Cliente das Agências de Viagens, está muito acima das 816 reclamações no período homólogo do ano anterior.

De referir ainda que na sequência de uma audição parlamentar ao Presidente do Instituto de Turismo de Portugal onde o mesmo foi confrontado com os valores das baixas cauções que a grande maioria das agências estará a prestar, foi anunciado que o Governo iria proceder a alterações relativas à Lei sobre viagens, férias e circuitos.

Na última semana registou-se um novo pedido de insolvência – da empresa Mundiclasse, também presente no top 10 das agências de viagem em Portugal, igualmente com facturação anual superior a 20 milhões de euros e à semelhança do caso Marsans, detentora de uma caução pelo valor mínimo de 25 mil euros.

Porque cumpre à Comissão de Assuntos Económicos Inovação e Energia acompanhar de perto esta matéria, e os direitos dos clientes nos parecem continuar sem a devida



salvaguarda, propomos ouvir em audição, em sede de 6ª Comissão Parlamentar, os Srs. Provedor do Cliente das Agências de Viagem e Secretário de Estado do Turismo.

Assim, requeremos ao Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Económicos Inovação e Energia que desenvolva os esforços necessários para que se proceda quanto antes à audição do Secretário de Estado do Turismo bem como do Provedor do Cliente das Agências de Viagens, se possível no mesmo dia.

Palácio de São Bento, 03 de Dezembro de 2010,

Pelos Deputados do PSD

Nuno Reis